

INFORME ECONÔMICO

■ CRISTIANO ROMERO

economia Brasil Os avanços do pacote fiscal

O pacote fiscal que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anuncia hoje foi batizado de Programa de Estabilidade Fiscal. Contém duas partes: o Plano de Ação para o triênio 1999-2001, com medidas a serem adotadas a curto prazo, e a Agenda de Trabalho, onde estão incluídas, entre outras coisas, as reformas (previdenciária, tributária) destinadas a mudar o regime fiscal brasileiro.

No primeiro embrulho do pacote, figuram as medidas de cortes de despesas e de aumento de imposto. O esforço fiscal será de R\$ 28 bilhões em 1999, R\$ 8 bilhões a mais do que o prometido pelo fracassado *pacote 51*, baixado no ano passado.

O governo vai cortar R\$ 8,7 bilhões em OCC (outros custeios e capital), a rubrica do orçamento que trata das despesas de custeio da máquina administrativa. Outros R\$ 3 bilhões serão cortados do orçamento das empresas estatais.

Uma das medidas na área de tributos mexe com um velho tabu: a cobrança da Cofins sobre a atividade bancária. Os banqueiros, desde os tempos em que a Cofins se chamava Finsocial, sempre se recusaram a pagar essa contribuição social, alegando que banco não tem faturamento. É curioso que não considerem faturamento, por exemplo, as exorbitantes tarifas cobradas dos milhões de correntistas.

O governo voltará à carga para, mais uma vez, tentar cobrar o tributo do sistema financeiro. Vai propor também ao Congresso o aumento da CPMF, a elevação do recolhimento do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) e sua prorrogação, além da instituição da contribuição previdenciária para os funcionários públicos aposentados e da subida da alíquota da contribuição dos ativos.

O pacote prevê ainda o aperfeiçoamento do Imposto de Renda cobrado das empresas. Pelas regras atuais, das 200 mil companhias tributadas com base no lucro real, metade não paga imposto, pois declara prejuízo. Os técnicos da Receita desconfiam que a maior parte desse prejuízo é forjada. Fazem parte da "indústria" do prejuízo as grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 12 milhões.

No embrulho das medidas estruturais do pacote o governo vai encaminhar ao Congresso, além das reformas previdenciária e tributária, o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, uma espécie de lei do colarinho branco para governantes e administradores do serviço público.

Faz parte também do conjunto dessas medidas a reestruturação da Receita Federal. O projeto havia sido engavetado há dois meses. Agora, voltou à agenda. De fato, a essa altura do campeonato, seria dar um tiro no pé relevante o aparelhamento do organismo encarregado de manter a arrecadação tributária em meio a uma anunciarada recessão em 1999.

Uma outra tese defendida pelos técnicos da Receita Federal entrou no pacote: vai ser criado um mecanismo legal para que o Fisco possa se apropriar de parte dos recursos depositados em juízo pelas empresas que contestam a cobrança de tributos. Existem pelo menos R\$ 14 bilhões nessa situação.